ISSN: 2358-8829

ENTRE A HETERONORMATIVIDADE E A VISIBILIDADE TRANS: SILÊNCIOS DIDÁTICOS E DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA

José Cláudio Leôncio Gonçalves[1]
Antonio Juscelino Barbosa dos Santos[2]
José Brito da Silva Filho [3]

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar como as narrativas escolares historicamente omitiram identidades de gênero dissidentes e de como o ensino de História pode atuar para romper com o apagamento de corpos e vivências trans, a partir do contexto do Cariri cearense no tempo presente.

A constituição da História enquanto disciplina escolar no Brasil esteve vinculada ao projeto de construção da identidade nacional e à seleção de determinadas narrativas e sujeitos históricos (BITTENCOURT, 2004; FONSECA, 2009). Essa organização do conhecimento escolar pode ser problematizada também a partir das contribuições de Guacira Lopes Louro (2014), especialmente no que se refere à produção das normas de gênero e sexualidade no espaço educativo.

Como desdobramento dessa matriz excludente, constatam-se os chamados "silêncios didáticos", que contribuem diretamente para a produção do esquecimento. Essa questão pode ser percebida na análise do capítulo 6 do livro didático *História – Das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XX*, no qual a travestilidade e a transexualidade não aparecem como parte das narrativas históricas e sociais apresentadas. Essa ausência também chama a atenção para a pouca presença de figuras históricas trans e dos movimentos sociais LGBTQIA+ nos conteúdos analisados, revelando limites na representação da diversidade de gênero no material estudado.

Em contraponto a essa lógica de exclusão, a inserção das dissidências de gênero no ensino de história configura-se como uma potente ferramenta pedagógica. Repensar

[1] Mestre em Ensino de História/Profhistória pela Universidade Regional do Cariri - URCA, claudioleoncio@gmail.com;
[2] Doutorando do Curso de Ensino de História da Universidade Regional do Cariri - URCA, Email: juscelino.santos@urca.br
[3] Mestre em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jbsfig@gmail.com;

a História implica desnaturalizar as categorias fixas de "homem" e "mulher" ao longo do tempo, corroborando o entendimento de que o gênero constitui uma categoria histórica e uma construção social móvel, relacional e instável, conforme destacado pela historiadora Joan Scott (1995). Desse modo, dar visibilidade a sujeitos trans e às suas trajetórias no ensino de História transforma a sala de aula em um espaço ativo de disputa política, ética e humanizadora, combatendo a transfobia institucional e possibilitando a promoção de uma educação pública democrática e plural.

De fato, o ensino de História na contemporaneidade assume um papel primordial na formação crítica e na promoção dos Direitos Humanos. No entanto, persistem lacunas históricas e historiográficas no ambiente escolar quanto à visibilidade de sujeitos cujas identidades de gênero e orientações sexuais distanciam-se da matriz heteronormativa e cisgênera. Este artigo surge de inquietações docentes na Educação Básica e fundamenta-se nos dados empíricos, categorias conceituais e relatos registrados no Capítulo 1 da dissertação de mestrado do autor principal (GONÇALVES, 2019). A pesquisa tem como objetivo central compreender o lugar dos sujeitos transexuais no ensino de História do século XXI e analisar se e como o fazer pedagógico e a cultura escolar dialogam com a construção da identidade transexual.

Teoricamente, o trabalho fundamenta-se na perspectiva do multiculturalismo crítico (FONSECA; SILVA, 2007) e nos estudos sobre gênero, sexualidade e heteronormatividade aplicados à educação (LOURO, 2009, 2014; BENTO, 2006, 2010). A metodologia articula a pesquisa autoetnográfica e autorreflexiva da prática docente com a análise de conteúdo do livro didático adotado e o relato oral de intervenção pedagógica com um estudante transexual masculino do ensino médio. Os resultados indicam que, embora o livro didático mantenha um padrão silenciador quanto às identidades trans, a ação docente orientada pela sensibilidade multicultural e pelo tensionamento dos conteúdos possibilita emergir a voz e a visibilidade de "Outros Sujeitos" na escola (ARROYO, 2014).

Frente a essa contradição entre a função democrática da escola e a permanência de aparatos curriculares excludentes, delimita-se a seguinte questão norteadora: em que medida os "silêncios didáticos" presentes no ensino de História reproduzem a heteronormatividade e de que forma a incorporação das dissidências de gênero e da visibilidade trans pode tensionar a narrativa historiográfica escolar, promovendo uma prática pedagógica emancipatória e inclusiva?

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo assenta-se em uma abordagem qualitativa de cunho autoetnográfico e reflexivo sobre a prática docente (FONSECA; MESQUITA, 2006), articulada à análise documental de fontes didáticas e ao relato de experiência pedagógica ocorrida em uma Escola Estadual de Ensino Profissional (EEEP) na cidade de Crato, Ceará, durante o ano letivo de 2016.

A coleta e a construção dos dados empíricos aconteceu da seguinte forma: realizou-se a análise crítica do livro didático de História adotado pela instituição para as turmas de 2º ano do Ensino Médio, intitulado *História - Das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XX* (BRAICK; MOTA, 2013), especificamente o Capítulo 6 “Religião e sociedade na América portuguesa”. Avaliou-se a presença, a abordagem ou o silenciamento das categorias de gênero, mulheres e diversidade sexual/de gênero no texto didático.

Também, sistematizou-se a observação participante e o relato de uma sequência didática desenvolvida no 3º bimestre de 2016. A intervenção partiu do conteúdo curricular sobre a sociedade e religiosidade colonial brasileira (Inquisição, patriarcalismo e modelo familiar) e foi desdobrada em um debate contemporâneo a partir da provocação direta efetuada por um estudante transmasculino em sala de aula: "É fácil falar de homossexuais, eu quero ver é falar de trans".

A partir desse evento crítico, elaborou-se uma aula temática específica sobre transição de gênero, conceitos de identidade e expressão de gênero, travestilidade e visibilidade trans, utilizando recursos audiovisuais, matérias de imprensa e a trajetória da travesti e professora Wiarlley Spears. A análise dos relatos e das reações estudantis foi dialogada com as categorias conceituais de multiculturalismo, heteronormatividade, dispositivos da transexualidade e "Outros Sujeitos" (LOURO, 2014; BENTO, 2010; ARROYO, 2014).

REFERENCIAL TEÓRICO

O aporte teórico deste artigo estrutura-se a partir do multiculturalismo crítico e dos estudos de gênero e sexualidade pós-estruturalistas. O multiculturalismo é aqui

ISSN: 2358-8829

compreendido como uma postura política de enfrentamento das desigualdades e combate a um ensino de História excludente (FONSECA; SILVA, 2007). Dialoga-se com a noção de "Outros Sujeitos" formulada por Miguel Arroyo (2014), que aponta a urgência de reconhecer na escola pública a presença de sujeitos históricos tradicionalmente marginalizados e segregados, garantindo-lhes o direito de verem suas lutas e identidades representadas no currículo.

A exclusão das dissidências de gênero no ensino de História não ocorre por mero acaso ou desatenção metodológica, trata-se de um processo sistemático de *produção do esquecimento*. Michael-Rolph Trouillot (2016), ao analisar a produção do conhecimento histórico, adverte que o poder intervém em quatro momentos decisivos: no momento do registro (criação de fontes), no momento do arquivo (preservação), no momento da narrativa (recuperação) e no momento da significação (história retratada). Os chamados "silêncios didáticos" resultam justamente das disputas de poder que operam nesses quatro níveis, filtrando quais passados são dignos de serem ensinados nas salas de aula.

No capítulo analisado, a transexualidade, a travestilidade e outras dissidências de gênero não aparecem como parte integrante das narrativas históricas e sociais. Essa ausência evidencia os limites da representação da diversidade de gênero no material didático examinado e pode ser compreendida à luz das reflexões de Trouillot (2016) sobre os silenciamentos na produção do conhecimento histórico. Esse silenciamento também suscita uma reflexão sobre o direito dos estudantes à representatividade e ao reconhecimento de diferentes trajetórias históricas, aspecto importante para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica (RÜSEN, 2001).

Para romper com a matriz excludente e desconstruir os silêncios didáticos, faz-se necessário adotar o gênero como uma categoria histórica e analítica central. De acordo com Scott, o gênero não é um dado biológico fixo nem uma essência a-histórica, mas uma maneira de organizar e significar as relações de poder e uma construção social móvel, mutável e relacional ao longo do tempo e do espaço (SCOTT, 1995). Ao historicizar as noções de "homem", "mulher" e "corpo", o ensino de História demonstra que as normas de gênero de hoje nem sempre foram as mesmas no passado, evidenciando que os binarismos rígidos são produtos culturais e políticos datados.

A incorporação das discussões sobre identidade de gênero e das contribuições dos estudos sobre experiências trans (JESUS, 2012; BENTO, 2006), em diálogo com as teorias queer, permite problematizar os limites de uma abordagem escolar baseada

ISSN: 2358-8829

apenas na tolerância, valorizando o reconhecimento e a visibilidade das pessoas trans no ensino de História.

Para problematizar especificamente a transexualidade, o referencial recorre às formulações de Berenice Bento (2006, 2010). Bento conceitua os "dispositivos da transexualidade" como discursos médicos e psiquiátricos que historicamente regulam o corpo trans, associando-o obrigatoriamente ao ódio à genitália e à demanda cirúrgica de transgenitalização (BENTO, 2006). A autora defende o deslocamento do conceito de gênero do determinismo biológico, definindo-o a partir da performance, da prática e do reconhecimento social. Complementarmente, Tílio (2014) e Louro (2014) auxiliam na desconstrução da gramática conceitual que atrela rigidamente o sexo biológico à identidade de gênero, permitindo compreender a transexualidade enquanto construção histórica, social e política revestida de subjetividade e direito à voz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do livro didático e da experiência docente revelou limitações na abordagem das questões de gênero e sexualidade no ensino de História, especialmente no que diz respeito à visibilidade das pessoas LGBTQI+. O livro *História – Das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XX*, de Myrian Becho Mota e Patrícia Ramos Braick, aprovado pelo PNLD 2015–2017, apresenta, no capítulo 6, intitulado “Religião e sociedade na América portuguesa”, uma narrativa predominantemente masculina e heterossexual. Embora o capítulo apresente aspectos importantes da sociedade colonial, as mulheres aparecem de forma pontual, enquanto as identidades de gênero dissidentes e as orientações sexuais não heterossexuais não são abordadas.

O capítulo possui 16 páginas, distribuídas entre a apresentação dos conteúdos e as atividades propostas ao final. Entre os temas abordados estão: a Evangelização e a Inquisição, a Religiosidade Popular na Colônia, a Família, os Povoados, os chamados “Homens Bons” e a presença de Africanos Escravizados. A abordagem contempla aspectos culturais e sociais da América Portuguesa, incluindo práticas religiosas afro-indígenas e experiências de diferentes grupos sociais. O uso de pinturas, gravuras e outros documentos também contribui para a compreensão do período histórico.

ISSN: 2358-8829

Apesar dessas contribuições, a discussão sobre as relações de gênero permanece limitada. As mulheres são mencionadas principalmente em situações relacionadas à família patriarcal, às práticas religiosas e ao trabalho. Em determinado momento, as autoras destacam que, enquanto os homens participavam das expedições bandeirantes, as mulheres assumiam responsabilidades na administração da casa e dos negócios (BRAICK; MOTA, 2013, p. 72). O capítulo também aborda as relações entre portugueses e mulheres indígenas, o trabalho de mulheres socialmente marginalizadas, as mulheres negras escravizadas que atuavam como "de aluguel" e as chamadas "negras do tabuleiro", além de formas de resistência das mulheres escravizadas.

Essas referências são importantes para compreender a participação das mulheres na sociedade colonial. No entanto, sua presença aparece de maneira pontual, sem aprofundar as relações de poder que organizavam as experiências de homens e mulheres naquele contexto. A abordagem poderia avançar na discussão sobre como as normas de gênero influenciavam as relações sociais, os espaços ocupados por esses sujeitos e as formas de controle exercidas sobre seus corpos e comportamentos.

A ausência de pessoas LGBTQI+ também chama a atenção. Embora o capítulo discuta a religiosidade e a atuação da Inquisição, não aborda diretamente a perseguição de pessoas que não se enquadravam nas normas sexuais e de gênero daquele período. A bibliografia apresenta obras que permitem ampliar essa discussão, como *Carne e Pedra*, de Richard Sennett, e *Devassos no Paraíso*, de João Silvério Trevisan, que aborda a história da homossexualidade no Brasil. Entretanto, a presença dessas referências não se traduz em uma discussão mais direta sobre a diversidade sexual e de gênero no conteúdo do capítulo. Também se observa a presença reduzida de obras voltadas à história das mulheres.

Essa reflexão também se relaciona à experiência docente em sala de aula, na qual o trabalho com a Inquisição e a sociedade colonial portuguesa permitiu discutir a perseguição às práticas consideradas desviantes, incluindo a chamada sodomia, abordada por Mott (1999), e as relações patriarcais presentes na sociedade colonial, discutidas por Del Priore (2011). Ao desenvolver essas discussões, foi possível perceber que as questões de gênero e sexualidade não estavam presentes apenas no passado, mas também nas dúvidas, nas falas e nas experiências dos próprios estudantes.

Durante uma das aulas, Gabriel Oliver chamou a atenção para a pouca visibilidade das pessoas trans ao afirmar: "É fácil falar de homossexuais, eu quero ver é

ISSN: 2358-8829

falar de trans!". A fala provocou uma reflexão sobre os limites da abordagem docente realizada até aquele momento. Embora a proposta do professor em sala de aula apliasse a discussão para inclusão da diversidade ao tratar sobre o tema da homessexualidade na História do Brasil, a experiência demonstrou que as identidades trans ainda ocupavam um espaço reduzido nas discussões desenvolvidas em sala.

O diálogo com os(as) estudantes também evidenciou a presença de concepções rígidas sobre gênero e sexualidade, muitas vezes organizadas a partir da associação entre características corporais, identidade de gênero e orientação sexual. Essas concepções apareciam em ideias que relacionavam diretamente pênis, homem e heterossexualidade, assim como vagina, mulher e heterossexualidade. A discussão permitiu problematizar essas associações e compreender que identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes da experiência humana.

Ao refletir sobre essa experiência docente, percebe-se que nossas próprias abordagens iniciais sobre a transexualidade também apresentavam limitações. Em alguns momentos, a discussão ficou muito centrada na cirurgia, na transgenitalização e nas mudanças corporais, inclusive por meio de imagens que mostravam o antes e o depois. Compreendíamos também a distinção entre travestis e transexuais principalmente a partir da realização ou não de procedimentos cirúrgicos. A fala de Gabriel Oliver, que se reconhecia como transmasculino sem necessariamente desejar modificar seu corpo por meio de cirurgia, contribuiu para questionar essa compreensão.

Essa experiência pode ser relacionada à discussão de Bento (2010) sobre os "dispositivos da transexualidade", que ajudam a compreender como determinadas normas médicas e sociais estabelecem expectativas sobre os corpos e as identidades trans. A reflexão mostrou que não bastava incluir pessoas trans nas aulas, era necessário rever a maneira como essas pessoas eram apresentadas e compreender suas experiências para além das mudanças corporais.

Nesse sentido, a trajetória de Wiarlley Spears, travesti, professora, atriz e artista do Cariri cearense (ela é considerada a primeira travesti a concluir um curso superior na Universidade Regional do Cariri – URCA, em 2016, graduando-se em Licenciatura em Teatro), também contribuiu para ampliar a discussão (Cariri Revista, 2016). Sua experiência permite perceber como a construção da identidade envolve a forma como cada pessoa se reconhece e é reconhecida socialmente, não podendo ser reduzida à realização de cirurgias. Sua trajetória acadêmica, artística e profissional também

ISSN: 2358-8829

evidencia a presença de pessoas trans e travestis em espaços que, muitas vezes, são apresentados como distantes de suas experiências.

Ao discutir essa trajetória, foi possível relacionar as experiências individuais às condições sociais vividas por pessoas trans e travestis no Cariri. A escola e os espaços podem ser marcados por situações de preconceito e transfobia, mas também podem constituir lugares de resistência, reconhecimento, produção artística e construção de vínculos. Essa perspectiva dialoga com Arroyo (2014), ao destacar a importância de considerar os sujeitos e suas experiências na reflexão sobre os processos educativos.

Outro aspecto importante da experiência de Gabriel Oliver diz respeito às formas de resistência que desenvolveu diante das situações de preconceito e discriminação vivenciadas no espaço escolar. Na dissertação, seu relato evidencia que a afirmação de sua identidade não aconteceu sem conflitos. Durante o Ensino Médio, passou a questionar as atitudes dos colegas e a ausência de posicionamento de alguns professores diante das situações de desrespeito. Diferentemente de experiências anteriores, nas quais não se sentia preparado para enfrentar essas situações, começou a reivindicar o direito de ser reconhecido e respeitado em sua identidade de gênero (GONÇALVES, 2019).

Entre suas reivindicações estava o reconhecimento do nome social, inclusive no mapa da sala e nas listas de frequência utilizadas pelos professores. Embora parecesse uma mudança simples, essa solicitação representava uma forma importante de reconhecimento de sua identidade. A demora da escola em atender ao pedido demonstrava como procedimentos cotidianos também poderiam contribuir para a permanência de situações de exclusão. Em seu relato, Oliver apontou que a identificação pelo nome com o qual se reconhecia já seria um passo significativo para que percebesse que a escola estava fazendo alguma coisa por ele (GONÇALVES, 2019).

O estudante também questionava a maneira como alguns professores lidavam com as situações de preconceito. Para ele, não bastava apresentar conceitos sobre identidade de gênero e orientação sexual sem considerar as experiências de quem vivenciava essas situações. Essa reivindicação demonstra a importância de reconhecer que os sujeitos não devem aparecer apenas como temas de aula, mas também como pessoas capazes de produzir conhecimentos sobre suas próprias experiências.

As falas de Oliver também revelam que suas reivindicações não ficaram restritas à sua experiência individual. Aos poucos, provocaram mudanças nas discussões

ISSN: 2358-8829

realizadas em outras aulas e nas atitudes de alguns professores, que passaram a abordar de maneira mais direta as diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual. O próprio estudante reconheceu que, depois de suas cobranças, começaram a aparecer explicações e debates sobre essas questões em outros momentos da vida escolar (GONÇALVES, 2019).

Ao analisar essa experiência, percebe-se que a escola não é um espaço marcado somente pela reprodução de normas e preconceitos. Ela também pode ser questionada e transformada pelos sujeitos que fazem parte dela. Oliver não aceitou permanecer na condição de invisibilidade e passou a reivindicar o direito de participar da vida escolar sem precisar esconder sua identidade. Suas atitudes mostram que estudantes trans não são apenas sujeitos que precisam de acolhimento, mas também participam ativamente das disputas por reconhecimento e por mudanças na cultura escolar.

Essa experiência também provocou mudanças na nossa compreensão sobre o papel do professor de História. Percebemos que trabalhar a diversidade sexual e de gênero não poderia se limitar à apresentação de conceitos ou à inclusão de exemplos pontuais nos conteúdos. Era necessário prestar atenção às experiências dos(as) estudantes e reconhecer suas reivindicações. Nesse sentido, a experiência de Oliver reforça a reflexão de Arroyo (2014) sobre o direito dos Outros Sujeitos de terem suas histórias, identidades e formas de resistência reconhecidas nos processos educativos.

Assim, a análise do livro didático e a experiência docente apontam para a necessidade de ampliar as discussões sobre gênero e sexualidade no ensino de História. O trabalho desenvolvido em sala de aula também mostrou que esse processo exige uma reflexão permanente sobre as práticas docentes, uma vez que as dificuldades encontradas pelos estudantes podem revelar limites nas próprias abordagens do professor. Nesse sentido, reconhecer as ausências e rever as formas de apresentar as experiências LGBTQI+ constitui um caminho para construir uma abordagem histórica mais atenta à diversidade dos sujeitos e de suas trajetórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito anteriormente, a disciplina de História, ao longo de sua consolidação como saber escolar, pautou-se predominantemente em matrizes eurocêntricas, patriarcais e heteronormativas, a partir de um modelo de sujeito histórico: homem

ISSN: 2358-8829

branco, cisgênero e heterossexual, como o sujeito universal dos processos históricos. Essa estrutura instituiu uma pedagogia da norma, na qual as identidades e expressões de gênero e que escapam à binaridade de gênero (masculino/feminino) são sistematicamente marginalizadas ou apagadas dos currículos e materiais didáticos.

Diante desse cenário, manifestam-se os chamados "silêncios didáticos": a omissão deliberada ou a abordagem estereotipada e patologizante de corpos e vivências trans, travestis e de dissidências de gênero nos livros de História. O apagamento histórico dessas trajetórias gera um distanciamento no desenvolvimento do pensamento crítico e da empatia histórica, reforçando a perpetuação da transfobia e da violência simbólica dentro da instituição escolar.

Portanto, o ensino de História necessita ir além da mera reprodução de conteúdos consolidados nos manuais didáticos. A análise realizada demonstrou que o capítulo examinado mantém uma abordagem limitada quanto à diversidade sexual e de gênero, não contemplando as experiências e trajetórias de pessoas trans. Diante dessa ausência, cabe à mediação docente promover o diálogo entre os conteúdos históricos trabalhados e as questões do tempo presente, ampliando as possibilidades de reconhecimento dos diferentes sujeitos e de suas experiências.

A experiência pedagógica analisada revela que a presença e a voz dos sujeitos transexuais no espaço escolar tensionam as certezas conceituais e exigem do professor um constante processo de desconstrução e reconstrução teórica. A transexualidade não pode ser reduzida a uma aberração, nem aprisionada nos discursos médicos e cirúrgicos, trata-se de uma dimensão legítima da existência e da identidade humana que demanda representatividade e historicidade.

Conclui-se que assegurar o espaço da transexualidade no ensino de História é uma exigência ética, política e educacional alinhada aos Direitos Humanos e ao multiculturalismo crítico. Recomenda-se a continuidade de pesquisas no campo do ensino de História que problematizem a transdisciplinaridade entre gênero, sexualidade e livros didáticos, bem como a urgência de uma formação docente continuada capaz de transformar a cultura escolar em um ambiente efetivamente democrático, inclusivo e acolhedor para todos os sujeitos.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento no desenvolvimento da pesquisa original de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

Palavras-chave: Ensino de História; Transexualidade; Multiculturalismo; Heteronormatividade; Cultura Escolar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENTO, Berenice. A política da generidade: gênero e transexualidade. Cadernos Pagu, n. 33, p. 107-112, 2010.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myrian Becho. História - Das cavernas ao terceiro milênio: Da conquista da América ao século XX. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARIRI REVISTA. A primeira travesti a concluir graduação na URCA. Cariri Revista, Juazeiro do Norte, 2016.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães; MESQUITA, Ilka Miglio de. Formação de professores e ensino de História: saberes, práticas e identidades. Tempo e Argumento, v. 2, n. 2, p. 335-350, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães; SILVA, Marcos Antônio da. Ensinar História no século XXI: cidadania, diversidade e autonomia. Campinas: Papirus, 2007.

GONÇALVES, José Cláudio Leôncio. “Eu quero ver é falar de trans”: Ensino de História e Construção de Identidade Transexual no Cariri Cearense do Século XXI. 152

f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2. ed. Brasília, DF: [s. n.], 2012. 42 p.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: SECAD/MEC. Diversidade Sexual na Educação: problematizando a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/ SECAD, 2009.

MOTT, Luiz. Sodomia na Bahia colonial. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações Pedagógicas para a Diversidade e Cidadania. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

TILIO, Rafael de. Discursos sobre gênero e sexualidade no contexto escolar. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 134-143, 2014.